

## Um dedo de prosa sobre a educação brasileira

Eduardo Montechi Valladares<sup>1</sup>

### RELÓGIO

As coisas são  
As coisas vêm  
As coisas vão  
Vão e vêm  
Não em vão  
As horas  
Vão e vêm  
Não em vão

*Cântico dos Cânticos para Flauta e Violão,  
Oswald de Andrade*

O que eu almejo com este texto? O que me deixaria encantado é que ele fosse entendido não como um arrazoado de posições definitivas sobre a educação brasileira, mas como um convite ao diálogo. De fato, não se trata de um discurso interessado em persuadi-los ou convencê-los de algo, de demonstrar a validade categórica de alguns pontos de vista. Convencer é uma forma de dominação do espírito, do sentimento e da vontade do outro. É instituir a tirania.

Na verdade, eu gostaria de instá-los para um exercício que, cada vez mais, considero essencial: a recuperação da prática do prostrar, do convite ao diálogo, da construção conjunta de reflexões sobre os nossos pensamentos e nossas práticas.

Neste pedido para um bate-papo, quero apresentar reflexões que procuram muito mais levantar suspeitas do que apresentar vereditos. Tentar uma conversa que vá além dos conhecimentos meramente utilitários. Algo que possa nos levar para o perigoso, mas inegavelmente fascinante, território em que se dão os delírios criativos, aqueles que de

---

(1) José Eduardo Montechi Valladares de Oliveira nasceu em 1950, em São Paulo (SP). É pós-doutorando em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutor e mestre em história social pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel e licenciado em filosofia pela USP e em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). No campo da docência, Eduardo Valladares, como é conhecido, é professor no curso de jornalismo internacional de pós-graduação da PUC-SP e professor de história contemporânea em cursos preparatórios para o concurso público do Instituto Rio Branco (Itamaraty). Autor de vários artigos e dos livros *Revoluções do Século XX* (Scipione, 1994) e *Anarquismo e Anticlericalismo* (Imaginário, 2000), foi também roteirista e consultor histórico do filme *Nós que Aqui Estamos por Vós Esperamos* (Brasil, 1999).

fato contam. E estes só podem existir quando os seres humanos conseguem sair de seus casulos, abandonar seus dogmas confortáveis e respirar juntos.

O isolamento do indivíduo, com cada um entocado em seu mundo particular e privado, impede a transmissão de experiências comunicáveis. Para que as narrativas possam fluir, elas precisam de encontros sem prazos, ocasiões que possam ser desfrutadas sem pressa alguma. Elas necessitam que o ouvinte tenha condições de degustar cada uma das palavras narradas. Mais ainda, que o conteúdo possa ser guardado, acrescido de outras experiências e transmitido com ampla liberdade.

Em um mundo caracterizado pela aceleração dos processos produtivos e pelo consumo exacerbado, o tempo se tornou uma mercadoria que é cada vez mais contabilizada. Parece não haver mais o espaço para a pausa, para o momento necessário e essencial em que a narrativa e a escuta possam prosperar. Não é possível que, de tão absorvidos pela nossa sobrevivência, sejamos continuamente consumidos pelo presente imediato. Às vezes, é necessário, como propunha Nietzsche, ser um esbanjador e saber ruminar.

*“O leitor de quem espero algo (...) deve ser calmo e ler sem pressa. (...) Tal homem ainda não desaprendeu a pensar enquanto lê, compreende ainda o segredo de ler entrelinhas, tem mesmo o caráter tão esbanjador que medita ainda sobre o que leu, mesmo muito tempo depois de não ter mais o livro entre as mãos. E não para escrever uma resenha ou outro livro, mas apenas e somente isso – para meditar! Condenável esbanjador!*

*(...) É certo que, a praticar desse modo a leitura como arte, faz-se preciso algo que precisamente em nossos dias está bem esquecido (...) e para o qual é imprescindível ser quase uma vaca e não um ‘homem moderno’: o ruminar...”<sup>2</sup>*

Depois de remoer por alguns anos, penso que uma das principais tarefas das pessoas que atuam em projetos de educação popular seja a reflexão contínua sobre a definição de eixos articuladores. Nas últimas décadas, já foram a resistência à ditadura, a participação na definição da política educacional, a revisão das bases epistemológicas e, mais recentemente, o confronto com a questão da diversidade cultural. Hoje, me parece que um dos grandes temas geradores é a construção do público como bem comum.

O conceito de público está associado ao ideal de transparência. Ou seja, onde tudo pode ser visto por todos e tem a maior divulgação possível. É pelo falar e pelo ser ouvido por outros que se constitui a esfera pública. O mundo é um espaço compartilhado e constituído por mediações criadas por homens e por mulheres.

A esfera pública deve ser vista como o espaço destinado ao aparecimento do ser humano livre e autônomo. Para que a Ágora, espaço público por excelência, possa ser constituída, são imprescindíveis dois direitos inquestionáveis: a isonomia (igualdade perante

(2) BRUNI, José Carlos. O Tempo da Cultura em Nietzsche. *Ciência e Cultura* [online], v. 54, n. 2, p. 33-35, 2002.

a lei) e a isegoria (igualdade no direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a pólis deve ou não realizar).

Em um país como o Brasil, de forte tradição autoritária, qualquer grupo que proponha um debate franco deve assegurar que todos os participantes tenham seus direitos de expressão e de manifestação amplamente garantidos e que nenhum empecilho seja colocado, principalmente para que as vozes discordantes possam ser ouvidas.

### **A escola não é diferente do mundo**

Fala da professora Suzana, de uma escola estadual da periferia de São Paulo, no filme *Pro dia nascer feliz*.<sup>3</sup>

A escola brasileira é um retrato de uma sociedade que ainda preserva em seu cotidiano práticas de cunho despótico. Romper com essa maneira até agora habitual de proceder é uma contribuição importante para a efetivação de uma real liberdade, assim como da busca da igualdade e da justiça social.

Uma das características mais constantes na história política brasileira tem sido a tendência ao “gatopardismo” – o esforço contínuo e geralmente bem-sucedido para, aparentemente, tudo modificar, de tal forma que tudo continue do mesmo jeito.

O pensamento conservador na República adquiriu, ao longo das décadas, várias feições. Utilizou-se da ideia de “flor exótica” para combater o anarquismo; da defesa de princípios eugênicos para defender o embranquecimento da população; da mestiçagem, que valoriza o paternalismo autoritário, para referendar a noção de democracia racial; da hipertrofia do Estado, para garantir a manutenção da ordem; do discurso democrático, embora mantivesse uma clara ojeriza às práticas igualitárias, até mesmo no campo jurídico e político; do chamamento da intervenção dos militares na vida política como forma de evitar a disseminação das “ideias comunistas”; além de muitas outras variações.

Em todos os momentos, apesar de tantas modificações na apresentação, o pensamento conservador manteve intactos alguns dos pilares essenciais: disciplina, ordem, obediência, autoridade, organização hierárquica da sociedade, manutenção de privilégios e temor à participação política das camadas populares.

Os conservadores sempre procuraram caracterizar o povo brasileiro como “povo-massa”. A partir dessa imagem insistentemente repetida, afirmavam que a sociedade brasileira é amorfa, débil e incapaz de se organizar. As camadas populares são ignorantes e não possuem as informações necessárias para o exercício da cidadania. Por isso, são incapazes de participar das disputas pelos cargos dirigentes e, até mesmo, de votar de maneira coerente. Dessa maneira – confundindo seu desejo com a realidade – procu-

---

(3) Documentário dirigido por João Jardim, 88 minutos, 2006.

ravam justificar a necessidade da tutela das elites. Não é à toa que um dos elementos mais significativos do pensamento autoritário seja o mito de que a sociedade deve ter um centro único e poderoso de fixação. Ao alegarem que a sociedade civil era fraca e pouco articulada, afirmavam como fundamental a existência de um Estado forte. Daí decorre a defesa da primazia do Estado sobre a sociedade. Sob as mais variadas formas, articulou-se a anulação da cidadania, já que se parte do pressuposto de que a sociedade civil é incapaz de resolver por si seus problemas.

A ideia de que a sociedade tem condições de se auto-organizar – e, portanto, é capaz de expor abertamente seus conflitos – sempre foi vista como perigosa para a existência do Estado. Mais grave ainda, a discordância em relação ao governo sempre é encarada como uma ameaça ao próprio Estado.

O conceito liberal de igualdade na sociedade brasileira foi restrito em decorrência da singularidade do desenvolvimento nacional, marcado pela escravidão e pela rígida hierarquia de papéis. Na prática, esses elementos, que fundaram nossa realidade social, sempre dificultaram o enraizamento do princípio liberal da lei como universal e válida para todos os cidadãos. Por causa dessa característica essencial, a diferenciação entre o público e o privado assumiu feições singulares. A questão de conteúdos transparentes e comuns ao público e a de íntimo e particular ou privado nunca foi de fato cindida. Em suma, a não existência na formação social brasileira de uma tradição igualitária e de uma percepção clara do que é público dificultou a implantação de práticas democráticas.

A atividade política era vista como um privilégio de poucos. A construção de um real espaço público raramente foi considerada relevante pelas elites, que quase sempre conceberam a esfera política como função garantidora da esfera privada. Por isso, os recursos públicos dificilmente foram tratados como recursos do povo. A ideia de "*res publica, res populi*" – coisa pública, coisa do povo – sempre foi estranha para aqueles que se consideram donos exclusivos do erário. Por isso, não causa estranheza que durante muitas décadas a escola pública tenha sido um reduto de poucos – quase todos brancos e oriundos das camadas médias e das classes dominantes.

A educação é um meio bastante conveniente para produzir modificações de comportamentos com o objetivo de criar indivíduos apropriados para o mercado de trabalho e submissos aos ditames do Estado. Nenhum governo abre mão do poder de implantar seu projeto educacional das jovens gerações, que corresponda à concepção de sociedade e de homem que o grupo que ocupa a direção do Estado acredita favorecer os seus interesses. Apesar das escolas poderem atuar como agentes de reprodução econômica e cultural de uma sociedade cindida, servindo de instrumento de difusão ideológica, a interpretação althusseriana da escola e do sistema educativo como aparelhos ideológicos do Estado, tão presente em vários textos da década de 1970, deve ser rechaçada. A escola tanto pode ser um espaço de afirmação ideológica das classes dominantes como um espaço de resistência a esses valores.

A educação é um campo de embate que envolve contradições, que nos extremos visam, de um lado, à estratificação social e, de outro, à democratização. Para ambos os lados, mudanças em termos curriculares são necessárias, mas evidentemente com perspectivas e finalidades diferentes. A reforma curricular é um dos momentos em que as diferentes visões e propostas se enfrentam. O resultado tanto pode reforçar os laços de submissão como ampliar os espaços de liberdade.

Qualquer projeto pedagógico é carregado de valores ideológicos. Portanto, não faz sentido falar em educação neutra, já que toda proposta educacional está baseada numa concepção de homem e numa visão de sociedade. A discussão inicial quando se pensa em mudanças curriculares é definirmos de qual homem e de qual sociedade estamos falando.

No modelo tradicional, que ainda impera com intensidades diferentes em muitas escolas, a organização estrutural das salas é praticamente idêntica àquela encontrada nos últimos séculos: uma mesa, de preferência num tablado, e fileiras de cadeiras. O saber é atributo encontrado unicamente no professor; portanto, todos os olhares devem estar dirigidos para esse centro. O espaço é organizado de forma a privilegiar a exposição oral do mestre e a audição passiva dos alunos. De um lado, uma boca com relativa autonomia – existe sempre a censura, explícita ou camuflada, do dono ou das autoridades educacionais – para discorrer sobre o que considerar relevante. De outro, um aglomerado de crianças e jovens que devem apenas ouvir, sem levantar qualquer objeção.

Uma das principais finalidades desse método é desencorajar aqueles que pretendem apresentar opiniões próprias, vigiando e punindo os que insistem no pecado. Sua primordial preocupação é o cultivo da disciplina e, conseqüentemente, o estabelecimento da servidão.

A educação tradicional tem como corolário inevitável a formação de indivíduos padronizados, dóceis, profundamente autoritários e carregados de preconceitos e superstições. Nessa estrutura, o professor deixa de ser um educador e se torna o vigilante na torre panóptica da disciplina.<sup>4</sup> O modelo de prisão analisado por Foucault, no livro *Vigiar e Punir*, pode ser generalizado. Na sociedade moderna, “a prisão se parece com as fábricas, as escolas, as casernas, os hospitais – e todos eles se parecem com as prisões”.<sup>5</sup>

*Os deuses tinham condenado Sísifo a rolar um rochedo incessantemente até o cimo de uma montanha, de onde a pedra caía de novo por seu próprio peso. Eles tinham pensado, com as suas razões, que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança.*

### O Mito de Sísifo – Albert Camus

(4) “Na periferia do Panopticon, uma construção em forma de anel, comportando células com duas janelas: de uma torre central, um vigilante observa os prisioneiros – sem ser visto. Eles estão separados uns dos outros por paredes entre as células; estão sempre visíveis. O preso é ‘um objeto de uma informação, jamais sujeito de uma comunicação’.” BILLOUET, Pierre. *Foucault – Figuras do Saber*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 130.

(5) FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 187.

## Educação e Participação Social Conquistas e Desafios

Ninguém tem o direito de condenar crianças e jovens à pena cruel de realizar costumadamente trabalhos inúteis, desprovidos de qualquer significação. No entanto, isso acontece com frequência em inúmeras escolas pelo país todo. A escola é um local de trabalho árduo e complexo, mas nem por isso precisa deixar de ser um lugar prazeroso. Não se trata apenas de preparar as crianças e os adolescentes para a vida futura, é preciso respeitar o fato de que cada um deles está vivendo, durante a vida escolar, momentos fundamentais de sua existência. A escola pode, e deve, ser um espaço feliz.

Muitas vezes, a curiosidade das crianças e adolescentes pelo conhecimento é cerceada pela realização de trabalhos repetitivos e monótonos. A execução de atividades em que não há espaço para expressão de nossos desejos e de nossa individualidade acaba corroendo nosso amor-próprio e nos embrutecendo. Assegurar um processo de ensino-aprendizagem capaz de ser, ao mesmo tempo, rigoroso nos critérios acadêmicos e estimulador da criatividade de cada um de nossos alunos deve ser uma das preocupações centrais de qualquer projeto educacional.

O respeito às iniciativas da criança e do adolescente e o desenvolvimento das aptidões individuais devem ser um dos pilares do processo educativo. A cooperação deve sobrepujar as tendências de competição, a solidariedade substituir o egoísmo. A valorização da criança e o respeito às suas iniciativas têm como consequência a necessidade de repensar o papel do educador.

O objetivo da função docente não é apenas transmitir ou difundir determinados saberes. Pelo fato de a inteligência humana não ser um mero depósito de informações, ela é um centro processador delas, o mais importante é reconstruir o caminho percorrido até a chegada aos produtos finais. É necessário que haja muita observação, entrevistas e diálogos que permitam conhecer a lógica que cada aluno atribuiu a suas práticas. É o interesse de cada criança ou adolescente que determina a maneira como se organiza a aprendizagem, já que o processo mais efetivo de aquisição dos conhecimentos é caracterizado pela experiência direta e pela experimentação sistemática. Dessa maneira, é possível assegurar uma aprendizagem significativa a partir da interação entre os conhecimentos a serem ministrados e o repertório cultural dos alunos e suas experiências de vida.

Partindo da perspectiva acima apresentada, um ponto fundamental na elaboração de um projeto educacional deve ser o compromisso de assegurar que cada criança e cada adolescente aprendam os conteúdos adequados à sua idade. Não se trata simplesmente de ensinar algo de alguma forma, mas sim de ensinar conteúdos criteriosamente escolhidos, de uma forma determinada, a alguém específico. Também é necessário acrescentar aos conteúdos e aos métodos utilizados um terceiro dado, que é a dimensão ética do trabalho docente.

É importante o reconhecimento da autoridade docente no processo ensino-aprendizagem. Afinal, o professor é aquele com mais experiência e o detentor de saberes e técnicas capazes de assegurar o crescimento do aluno. Mas é preciso resgatar a origem da palavra autoridade (*auctoritas* é derivada do verbo romano *augere*: "aumentar",

## Educação e Participação Social Conquistas e Desafios

“fazer crescer”). Nessa visão, o professor torna-se uma espécie de mediador/formador. Ele é o que indica os melhores caminhos para a construção do conhecimento, aquele que ajuda cada aluno no seu crescimento. É evidente que o reconhecimento da autoridade do professor não significa, de modo algum, a aceitação de práticas autoritárias. Pelo contrário, qualquer tipo de postura arbitrária deve ser rejeitado.

Em contraposição ao ensino tradicional, o mediador/formador aprende juntamente com o grupo que medeia/forma. Dessa forma, mediar pressupõe colaborar com o grupo na compreensão dos desafios propostos, como também na melhoria do diálogo entre os envolvidos em uma mesma conversa.

O educador, ao assumir a posição de mediador, deve estar sempre disposto a considerar a experiência do Outro; a estimular a fala de todos e indicar alternativas; a pontuar as convergências e divergências de opiniões; a problematizar e devolver ao grupo as discussões; a garantir o registro dos principais aspectos debatidos; a apresentar o caminho que será percorrido; a sugerir formas de organização do trabalho e a deixar claro quais os passos que os integrantes devem dar individualmente.

O conflito passa a ser encarado de maneira positiva, já que desaparece a noção absoluta de certo e/ou errado. O que existe são formas distintas de abordar uma situação. A procura do consenso e o reconhecimento das posições divergentes como possíveis contribuem para a criação de espaços realmente democráticos.

*Qualquer que seja a duração de nossa vida, ela é completa. Sua utilidade não reside na quantidade de duração, e sim no emprego que lhe dais. Há quem vive muito e não viveu.*

*Meditai sobre isso enquanto o podeis fazer, pois depende de vós, e não do número de anos, terdes vivido bastante.*

### **Montaigne – Filosofar é aprender a morrer**

Acredito que, para que tenhamos uma vida ativa e repleta de experiências significativas, não podemos perder jamais a faculdade de trocar experiências. Os laços entre o dizer e o fazer não podem ser frágeis. Pelo contrário, eles precisam construir uma urdidura de tal forma emaranhada que ela não possa ser desfeita. E que apenas a partir do reconhecimento do Outro e da avaliação positiva da pluralidade humana é que podem ser elaborados projetos educacionais de fato dotados de valor.

Educar é uma ação distinta de instruir. A instrução é apenas um instrumento, não possuindo grande valor em si mesma. Embora o domínio de vários saberes seja importante no processo educativo, cooperando para a compreensão do funcionamento do mundo, a educação deve ir muito além disso. O papel da educação é o de criar novos costumes, transformar a consciência humana, contribuir para a autonomia de cada indivíduo, incutir a importância da elaboração de valores éticos e a necessidade de construção de uma sociedade cada vez mais justa, saudável e livre de todos os preconceitos.



ENCONTRO

## Educação e Participação Social Conquistas e Desafios

Não podemos esquecer que é da essência da função do educador o ato de cuidar de pessoas. Talvez o seu papel mais relevante seja nos lembrar o tempo todo de algo do qual os homens já deveriam estar suficientemente persuadidos. O Outro não deve jamais ser tratado como um objeto inanimado que pode ser manipulado impunemente. É necessário sempre levar em consideração seus desejos e suas vontades, suas características e suas singularidades.

Por isso, é fundamental desenvolver estratégias educativas que ampliem continuamente a crença na tolerância e no respeito às diferenças. Estabelecendo formas em que as crianças e os adolescentes busquem soluções baseadas no consenso de seus próprios conflitos. E quando isso não for possível, assegurar que os conflitos não sejam resolvidos pelo uso da violência, seja ela física ou verbal.

Alguns – os mais céticos, ou aqueles que se apresentam com grande pompa e seriedade como realistas – podem alegar que as questões apresentadas são irrealizáveis, que não passam de utopias. Para esses tipos desagradáveis de gente, é bom lembrar que a palavra utopia significa “lugar nenhum”, ou “lugar que não existe”. Ora, o fato de algo não existir não significa que não possa vir a ser construído. Erguer um espaço feliz deveria ser o desejo e a pretensão de todo educador.

Qual é o futuro da educação brasileira? Não sei, temos que construí-lo! Mas, com certeza, prostrar-se com outros utópicos é um bom começo.